



O EXÉRCITO E A SOCIEDADE – DA COLÔNIA AO FIM DA 2.^A GUERRA MUNDIAL

Sérgio Luiz Mesquita Rocha

O autor, em resumo bem elaborado, percorre os passos da formação da nacionalidade brasileira, desde o período colonial até o fim da Segunda Guerra Mundial, demonstrando que o Exército contribuiu para a evolução da sociedade brasileira, na medida em que, identificando-se com suas reais aspirações, legitimou sua atuação, em face dos imperativos do momento histórico, no interesse da maioria do povo de que é parte integrante.

Matéria extraída da síntese conclusiva de monografia produzida, pelo autor, como exigência curricular para obtenção do diploma do Curso de Comando e Estado-Maior do Exército.

BRASIL COLÔNIA (1500-1822)

Desde os primórdios do Brasil Colônia, o Exército e a sociedade se interagiram e se influenciaram mutuamente.

A precariedade de recursos metropolitanos, aliada à grande extensão das terras do Novo Mundo e à necessidade de defendê-la,

foi a tônica do período colonial. Por paradoxal que pareça, essas características foram benfeitoras a toda a sociedade e aumentaram a importância do Exército desde o seu nascedouro, tendo em vista os imperativos da defesa.

Nesse período, foi conferido aos naturais da terra grande autonomia administrativa, bem re-

tratada na existência dos "Senados das Câmaras", órgãos de natureza eletiva, existentes nos núcleos populacionais dispersos que, praticamente, regulavam sobre tudo no município, extrapolando, em muito, as funções administrativas para as quais haviam sido criados. Havia, em contrapartida, por parte dos colonos, o voto de fidelidade à Coroa Portuguesa. Quanto às forças militares, eram preponderantemente locais, a cargo dos municípios e vilas dispersos na vastidão da Colônia.

Avulta de importância o espírito de solidariedade desses núcleos entre si, mormente no tocante à defesa, acorrendo forças de diversas localidades e regiões para o sítio ameaçado. Isso ficou bem patente na guerra contra os holandeses (Insurreição Pernambucana), onde os portugueses, impossibilitados de intervir, por força de acordo com a Holanda, delegaram aos naturais da terra a incumbência de fazê-lo. Ressalte-se também o sentimento nativista que estimulou, onde o amor à terra está intrinsecamente ligado aos sacrifícios para defendê-la. Esse espírito de solidariedade resultou, no caso do Brasil Colônia, em aumento da circulação interna, com as trocas de influências inter-regionais e uma interação de todas as raças em razão dos contatos afetivos.

Por vezes as necessidades militares condicionaram a formação de sociedades estruturadas em função dos imperativos das lutas. O

exemplo mais significativo é o da formação do Rio Grande do Sul, onde, por muito tempo, a organização militar se sobrepôs à política. A indefinição das fronteiras e suas constantes mutações, fruto de tratados entre Portugal e Espanha, gerou um clima de permanente instabilidade na região e, em razão das operações militares, toda a parte ao Sul de Santa Catarina recebeu sua influência. Muitas das cidades nasceram para o apoio às forças que acorriam à fronteira ou às lutas em torno de Sacramento.

Ressalte-se, na fase colonial, o forte sentimento federalista, que se deveu muito ao espírito de solidariedade entre núcleos populacionais ou mesmo regiões que, gozando de grande autonomia, defendiam-se mutuamente, bem como a experiência de autogoverno, em razão da liberdade político-administrativa existente nos "Senados das Câmaras". Essas características geraram um interesse que transcendia os limites do município, abrangendo toda a Colônia.

A aspiração pela autodeterminação foi motivo de diversas revoluções contra o jugo da Metrópole, consubstanciado nas imposições do "Pacto Colonial", sendo típico o caso da Inconfidência Mineira. Contudo, os movimentos de cunho emancipacionista estavam praticamente fadados ao insucesso. Havia uma debilidade institucional muito grande, além de as forças militares serem dispersas e localizadas a nível municipal, sem uma

estruturação global. A classe média da sociedade, segmento de maior consciência política, praticamente inexistia. O Brasil ficava adstrito tão-somente ao conservadorismo dos senhores rurais.

A transmigração da Família Real para o Brasil representou um fato de importância fundamental. O Exército foi reformulado, deixando a forma fragmentária de força regional ou particular, para tomar uma feitura realmente nacional. Além dos objetivos militares almejados, serviu como força de sustentação do Governo.

No campo político, deixou de existir o "Pacto Colonial", possibilitando aos brasileiros o trato com a coisa pública e a experiência no exercício de diversas funções de cunho político administrativo, imprescindíveis à estruturação do poder. A conscientização que daí adveio, aliado ao forte sentimento federalista, permitiu que D. Pedro fosse cada vez mais influenciado por brasileiros, no sentido de que não retornasse a Portugal, e da inevitabilidade da independência política do Brasil.

BRASIL IMPÉRIO (1822-1889)

O Exército teve importância relevante no período, mormente na fase das lutas contra as tropas portuguesas aqui sediadas, que reagiram por não aceitarem a independência do Brasil.

O regime monárquico adotado foi providencial para o Brasil, em

razão da realidade sócio-econômica existente. Esse fato, aliado aos aspectos dissociadores da geografia, predispunham a uma tendência de fragmentação política. A figura do Imperador propiciou a convergência necessária, minimizando os fatores de dissociação geradores de convulsões sociais. A constituição de 1824 reforçava o Unitarismo do Estado, pela criação do Poder Moderador e do Conselho de Estado (assessoria do Imperador), conjugando de forma adequada a participação política da sociedade com a preservação da integridade nacional.

Durante o 1º Império, o Exército se fez presente em alguns eventos, dentre eles, a Confederação do Equador e a Guerra de Cisplatina. Sua participação nesses episódios não foi bem vista — a Guerra da Cisplatina pelos enormes dispêndios, em uma empreitada que se sabia de antemão perdida; a Confederação do Equador pela violência como foi sufocada, sem falar nos gastos vultosos em divisas, com a contratação de mercenários estrangeiros para atuarem em conjugação com as Forças Nacionais.

A abdicação de D. Pedro I, em razão das manifestações populares, encontrou o Exército irmanado às aspirações da sociedade, avalizando seus anseios por mudanças. O episódio foi considerado como a "2ª Independência" pois, a partir daí, o governo seria exercido somente por brasileiros.

Não obstante, o período das Regências subsequente caracterizou-se como um dos de maior turbulência na história do país, dentre outras causas, pelas seguintes: a situação sócio-econômico-financeira do país era ruim; o ciclo do ouro já estava extinto e o café ainda não aparecera como produto ponderável na pauta de exportações. Além do mais, o 1º Império fize- ra enormes dispêndios, como a guerra da Cisplatina e a Confederação do Equador, e a má gerência dos dinheiros públicos acarretou, inclusive, a falência do Banco do Brasil.

Tudo isto gerou um ambiente propício a convulsões sociais, mormente levando-se em conta o enfraquecimento do Estado, pela criação do Código de Processo Criminal e pela Publicação do Ato Adicional de 1834, e o Exército foi enfraquecido, pela redução de seus efetivos e pela criação das Guardas Municipais.

Do quadro de instabilidades sócio-político-econômicas, que caracterizou o período das Regências, ressalta-se a atuação de Caxias. Valendo-se de sua energia, nunca perdeu o senso do equilíbrio e a finalidade maior de integrar sociedades e regiões no contexto nacional. As honrarias e cargos de direção política que lhe foram oferecidos pelos próprios vencidos, por si só destacam sua importância nesse período, onde o imperativo era a conciliação nacional.

Em decorrências, o Exército foi paulatinamente recobrando seu prestígio, não só pela necessidade de se ter uma força organizada para preservar a ordem institucional, face ao quadro de instabilidades reinante como, principalmente, pela atuação de seus grandes chefes, bem retratados na figura de Caxias.

O 2º Império caracterizou-se pela estabilidade política que desfrutou. As revoltas internas logo no início foram pacificadas, e o emprego do Exército se verificou, principalmente, nos conflitos externos sendo a guerra da Tríplice Aliança o de maior relevância.

Fatos de grande importância concorreram para a evolução social e a estabilidade política no período.

A maioria do Imperador foi a constatação de que ele encarnava a força centrípeta necessária para se contrapor às tendências de desagregação existentes em uma estrutura sócio-econômica marcada por grandes desequilíbrios. Ademais, ao longo do Império, D. Pedro II utilizou os grandes poderes de que dispunha com espírito de conciliação, concorrendo para dirimir ou minimizar as crises.

O café já tinha surgido como grande riqueza econômica de exportação, concorrendo como mais um fator de estabilidade social.

A diversificação das atividades produtivas e, com elas, uma diferenciação marcante na sociedade de então (caracterizada pela aris-

tocracia e pelo escravo), só foi possível pela adoção, entre outras medidas, da tarifa Alves Branco, em 1844, estabelecendo o protecionismo necessário, contra a importação de manufaturados estrangeiros; e da Lei Euzébio de Queiroz, proibindo o tráfico negreiro, em 1850.

Essas medidas, aliadas à preferência pelo trabalho assalariado, mais produtivo, novas técnicas e uma mentalidade empresarial, trazida pelos imigrantes, que vieram para o Brasil em grande número, a partir de meados do Séc. XIX, ensejaram um primeiro surto de industrialização. Dentre suas consequências mais importantes destaca-se o surgimento de uma classe média, cônica de seu valor e aspirando uma representação política compatível com sua posição sócio-econômica.

O Exército, através de reformas, procurava modernizar-se. Entretanto, os aspectos de cunho bacharelesco preponderaram sobre os de ordem prática. Ao término da Guerra da Tríplice Aliança, houve uma tentativa de racionalização de suas atividades. Importa a lembrança da criação da Escola Politécnica, tão-somente para os jovens destinados às atividades civis, já que, anteriormente, ao Exército estava afeta esta incumbência, acumulando na Escola Central cursos civis e militares.

A Guerra da Tríplice Aliança foi um marco histórico de repercussões muito importantes. A par-

tir de então, houve uma comunhão mais estreita entre o Exército e os setores mais representativos da sociedade em prol do ideal republicano. As estruturas do Império começaram a ser questionadas. Dentre elas, ganha ênfase o questionamento sobre regime escravista, do qual o Exército não se manteve omissor. Vários escravos compuseram as Forças Brasileiras na campanha do Paraguai e apegaram-se ao Exército, como força de ascensão social. O Exército, a partir de 1845, ficou mais democratizado permitindo, a todos os indivíduos capacitados, a ascensão a postos superiores da hierarquia, que deixou de ser feita em função de privilégios, favorecimentos ou castas sociais. Desse modo, ficou mais sensível às aspirações legítimas do povo brasileiro, porque dele passou a ter total representatividade. Assim é que se recusou, quando solicitado, a perseguir escravos fugitivos.

O ideal republicano começou a ser buscado cada vez com maior intensidade. O Exército Brasileiro travou contato, nas campanhas de que participou, com nações de regime republicano, e a busca por uma forma de governo mais representativa dos diversos segmentos da sociedade passou a ser sua aspiração. Esses fatos ficam bem retratados na pregação do positivismo de Augusto Comte, levada a efeito, no Exército, por Benjamin Constant.

O Império foi perdendo cada

vez mais seu prestígio. Em razão da "Questão religiosa" perdeu o apoio da Igreja; quando da abolição da escravatura, em 1888, da aristocracia tradicional.

BRASIL REPÚBLICA (1889-1945)

Com a Proclamação da República, em 1889, o Exército nada mais foi do que o instrumento que materializou os desejos da sociedade.

O Brasil começava a forma republicana de governo com a sociedade apresentando desníveis sociais acentuados e uma dependência econômica muito grande a um só produto, o café.

A Constituição de 1891, inspirada na dos Estados Unidos da América do Norte, não levou em conta certas características do Brasil, acarretando profundas distorções na vida nacional. Inexistia no Brasil uma classe média representativa, refletindo-se na ainda incipiente diversificação de atividades produtivas. Ademais, havia regiões que concentravam maior poder econômico e a população era mais numerosa. São Paulo é um caso típico. A forma de representação política pelo critério da proporcionalidade ao número de habitantes conferiu muitas vantagens aos Estados mais populosos.

Os primeiros anos da República foram difíceis. Houve, de início, uma série de revoltas exigindo do Marechal Floriano Peixoto uma

ação militar enérgica, com o fim de consolidar o novo regime.

No período do Governo Provisório, acreditou-se, ingenuamente, poder-se, em prazo curto, industrializar o país, sem levar em conta, dentre outros, seus aspectos sociais. As medidas econômicas adotadas resultaram uma grande especulação financeira, gerando forte processo inflacionário.

Todos esses fatos enfraqueceram a nação. A instabilidade política, fruto da crise institucional e econômica, levou o governo a concertar um pacto com as oligarquias regionais que dominavam a política dos Estados. Dele resultou a conhecida "Política dos Governadores", consistindo no apoio mútuo entre os poderes executivos dos estados e o federal. Em compensação, a aristocracia tinha seus poderes e privilégios reconhecidos. A oposição estava alijada do poder, pela institucionalização da fraude, desde que foi realizada a reforma da "Comissão Verificadora dos Poderes", com o fim de alterar o resultado das eleições a favor dos candidatos do governo. A "Política dos Governadores" assentou-se na figura do oligarca, com influência tanto no governo federal como na esfera municipal, e no "coronel", cujo poder ficava circunscrito a esfera do município.

Por paradoxal que pareça, esse pacto pôs termo às instabilidades iniciais, mas foi responsável por profundas distorções: ocorria um privilegiamento da aristocracia ru-

ral, que detendo o poder político, utilizava-o em proveito econômico — no caso, as contínuas valorizações do café; o imobilismo político, conseqüente, tendia a que se perpetuasse uma estrutura econômica arcaica; houve a hegemonia política dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, alternando seus representantes na Presidência da República.

O Exército não recebeu a consideração devida. Não era interessante ao governo que ele fosse forte e bem estruturado. Inevitavelmente seria um elemento a contestar a estrutura de privilégios, na qual o governo se apoiava.

Os Estados podiam dotar suas polícias como bem os aprovavam, sem limitações de ordem orçamentária. Faziam-no, inclusive, com a aquisição de meios bélicos, como artilharia e aviação. É bem compreensível que assim fosse, pois o poder assentava-se na aristocracia cafeeira, e pressupunha influência política respaldada na força militar estadual.

Não obstante, o Exército passou por algumas reformas com resultados que beneficiaram bastante a sociedade. Há de se ressaltar a criação dos Colégios Militares e das Escolas Preparatórias, pela importância que se procurou emprestar ao ensino. Entretanto, foi a Primeira Guerra Mundial (1914-18) o marco real do seu aperfeiçoamento. A ela se deveu a vinda da Missão Militar Francesa, em prestando sua experiência para a

modernização do Exército. Com ela, criou-se uma nova mentalidade, de valorização do elemento humano, em todos os escalões e no desempenho de quaisquer atividades. O número de estabelecimentos de ensino criados bem atesta essa ênfase.

Os "Movimentos Tenentistas" insurgindo-se contra o governo, na aspiração de uma ordem institucional mais justa, tiveram muito da influência da Missão Militar. Era a jovem oficialidade, cônica de sua responsabilidade e da importância que representava dentro do contexto da nação. Se os "Movimentos Tenentistas" sofreram, no decorrer da década de 1920, algum desgaste, o compromisso assumido, em razão das atitudes adotadas e da experiência adquirida, foram fatores decisivos na Revolução de 1930.

A Crise Mundial de 1929 repercutiu intensamente no Brasil, colocando à mostra as estruturas arcaicas da República. Vários segmentos sociais davam sinais de inconformismo. Já em 1926, era fundado o Partido Democrático, congregando representantes da classe média e segmentos dissidentes da aristocracia. Um ambiente de crise político-social formou-se em 1930. As exportações foram reduzidas à quase paralisação e, com elas, também, os bens necessários provenientes das importações. Acelerou-se o processo inflacionário, em razão da corrida para conversão do papel moeda em ou-

ro, inviabilizando a "Caixa de Estabilização" (Política Deflacionária do governo Washington Luís). Rompeu-se em definitivo a "Política Café com Leite", ocorrendo mais uma eleição presidencial competitiva, entre Minas e São Paulo. A vitória do candidato do governo Julio Prestes desencadeou a Revolução. O papel do Exército foi determinante para a queda da República das Oligarquias. Entretanto, ele agiu em comunhão com as aspirações das camadas médias da população, na antevisão de uma estrutura governamental que facultasse um desenvolvimento integrado, enfatizando tanto o aspecto social quanto o econômico.

No período de 1930 a 1945, o Brasil assentou as bases para poder aspirar uma democracia verdadeiramente representativa de todos os segmentos da sociedade. O Exército teve um papel de fundamental importância nessa fase, dado que o regime presidencial de Vargas só se manteve enquanto teve seu apoio.

Como entender a afirmação sobre a perspectiva de democracia num governo que se caracterizou pelo autoritarismo, negando ao povo a manifestação de sua vontade, através do voto, e consequentemente o exercício do poder, através da alternância na ocupação de cargos políticos?

Deve ser levado em conta que a democracia realmente representativa requer instituições sólidas. Só assim poderá haver uma dimi-

nuição do poder central, pela livre negociação entre as partes, e onde a expressão popular se faça sem coações e embasada por conhecimento da realidade nacional. Naturalmente que a forma liberal e representativa do governo requer uma sociedade preparada para isso, sob pena de profundas distorções geradoras de crises e de privilégios de determinada classe, em detrimento de toda a sociedade. As transições, nesses casos, se fazem pela ruptura violenta da ordem institucional vigente, retratada nas revoluções. O fenômeno ocorreu na maioria dos países sul-americanos, após a independência, e no Brasil, após a Proclamação da República, porquanto procuraram nortear-se pela constituição dos Estados Unidos da América, sem atentar para a sua realidade sócio-econômica.

A década de 1930 foi um período de turbulências externas, com grandes reflexos no Brasil. A polarização da luta ideológica, na Europa, entre nazistas e comunistas, teve a contrapartida interna, na confrontação entre simpatizantes da Ação Integralista Brasileira (AIB), pró-nazista, e da Aliança Nacional Libertadora (ANL), de inspiração comunista.

A Crise Mundial de 1929 prolongou-se por grande parte da década de 1930. A situação internacional requereu sérias medidas para se adequar à nova realidade. O Brasil, grandemente dependente das exportações de café, adotou

uma política que disciplinou a produção, procurando sustentar os preços. Em razão da crise, vários países da Europa e os Estados Unidos adotaram uma forma de governo menos liberal, procurando agilizar decisões do Estado, na busca de soluções adequadas. Nas democracias liberais, houve a preferência por governos conservadores. Nos Estados Unidos, o povo referendou as medidas adotadas pelo "New Deal", determinando a substituição do Capitalismo Liberal pelo Capitalismo Monopolista, através da reeleição de Franklin Delano Roosevelt para Presidente. Outros países adotaram o autoritarismo como solução política para a crise: foi o caso da Alemanha, Itália e Espanha.

Nesse período, o Exército fortaleceu-se e adquiriu prestígio, transformando-se num sustentáculo imprescindível à ordem institucional vigente. Logo, no Governo Provisório, proibiu-se que as forças dos Estados pudessem sobrepujar as do Exército, limitando em 10% do orçamento estadual os gastos com as Polícias Militares, bem como a proibição destas utilizarem armamento não condizente com sua destinação.

O governo teve no Exército a reserva da força necessária para a implantação de reformas, de cunho estrutural, que a nação reclamava. Por seu turno, ele evoluía, sob o influxo das transformações na vida nacional e no contexto internacional. Para tanto, muito

contribuiu o trabalho das Missões Militares estrangeiras.

Merecem destaque as da Áustria, da França e dos Estados Unidos. As duas primeiras com relação ao ensino mormente a Missão Militar Francesa, responsável por grande parte da reestruturação do Exército. Como já foi dito, deu-se prioridade ao preparo do elemento humano, bem retratado na criação de estabelecimentos de ensino e responsável em grande parte pela formação de uma mentalidade mais esclarecida.

Em 1939, eclode a guerra na Europa, transformando-se num conflito mundial, do qual o Brasil participou, em território da Itália, alinhado às principais nações do Ocidente.

Em decorrência da Segunda Guerra Mundial e da participação Militar do Brasil no conflito, houve a necessidade de o Exército amoldar-se à estrutura militar preconizada pelos Estados Unidos. A criação dos CPOR para a formação de oficiais da reserva, propiciou uma grande integração do Exército com a sociedade, tendo em vista que os jovens provenientes de diversos setores de atividades difundiam sua experiência de formação militar, na esfera de seus relacionamentos.

O nacionalismo, uma bandeira sempre desfraldada no período, teve na exaltação do patriotismo a maior relevância, quando o Brasil se fez representar através da FEB, na Segunda Guerra Mundial.

Houve a mobilização de recursos humanos e materiais do país. Além das tropas para combater na Itália, o esforço de guerra abrangeu o fornecimento de homens, bases e materiais para a defesa continental e o aparelhamento de setores-chave da economia. A FEB foi a única unidade latino-americana a participar ativamente na guerra, concorrendo para sedimentar o prestígio do Brasil no exterior ao mesmo tempo que se tornou um grande orgulho patriótico no país.

As reformas implantadas no período foram de sorte a facultar o desenvolvimento social e econômico, harmonizando-os num crescimento que se queria contínuo e auto-sustentado. Só dessa forma, poderão surgir instituições sólidas, fruto de uma sociedade evoluída, para tornarem-se factíveis formas mais liberais e representativas de governo.

O surgimento de Indústrias de Base, propiciando, no futuro, uma economia estruturada em termos de escala de produção, é bem retratada na Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional e no Conselho Nacional de Petróleo (organismo autônomo ligado diretamente ao Presidente da República).

No plano administrativo, com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), procurou o governo não somente modernizar a burocracia, a fim de melhorar a qualidade da

administração pública, como nacionalizá-la.

Uma vigorosa política foi posta em prática. A Constituição de 1934 estabelecia leis regulando, dentre outros, o salário mínimo, a previdência social, a jornada de trabalho e a representação classista, em que os sindicatos de patrões e empregados podiam eleger seus deputados (tinham os mesmos direitos dos outros parlamentares). Em 1939, foi consolidada a justiça do trabalho e, em 1943, foi elaborada a Consolidação das Leis Trabalhistas.

Durante a guerra, foram lançados apelos patrióticos aos operários, no esforço de mobilizá-los para a "batalha da produção" e em apoio aos preparativos militares.

Percebera-se que nenhum governo moderno pode cumprir seus encargos com desequilíbrios internos, havendo a preocupação com a justiça social, bem retratada na legislação trabalhista.

A diversificação de atividades e suas interações nos campos social e econômico levaram o governo, em 1939, a preparar um Plano Quinquenal de Desenvolvimento (não foi posto em prática em razão da guerra).

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, porém, o Estado Novo já tinha cumprido seu papel. Afigurava-se uma contradição a permanência de um Estado autoritário

no Brasil, quando o Exército Brasileiro, através da FEB, participou da Segunda Guerra Mundial para lutar contra a ditadura nazi-fascista. Cessara a ameaça externa, como também, no plano interno, o facciosismo político radical não mais ameaçava dilacerar o país. O autoritarismo, embora tivesse assegurado o desenvolvimento, estava desacreditado e perdera o sentido de legitimidade. A grande maioria da nação era favorável à mudanças, já que o mesmo governo se encontrava havia 15 anos no poder. Sem o apoio do Exército, o governo do Presidente Getúlio Vargas chegou ao fim.

SÍNTESE CONCLUSIVA

De tudo que foi exposto, ficou demonstrado que o Exército Brasileiro contribuiu para a evolução da sociedade.

Essa contribuição apresenta-se, de forma indireta, pelo cumprimento de sua destinação constitucional, em apoio às instituições legitimamente constituídas. Sempre que sua presença no processo político se fez de forma direta, atendeu às aspirações da sociedade e sua atuação, legitimada pelos momentos históricos vividos, se fez sempre no interesse da maioria do povo de que é parte integrante.



Firestone

A VIDA RODA MELHOR NUM FIRESTONE